

### **Ata da Reunião da Câmara de Educação Básica – 06/12/2021**

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Câmara de Educação Básica do Conselho Municipal de Educação, com a presença dos conselheiros Luís Cláudio, Eliana Teixeira, Sandra Cardoso, Renato Jordão Nunes, Raisal Francisco, Ana Rosa Vieira dos Santos Aguiar. A reunião iniciou em segunda chamada, às 15 horas e 30 minutos. Luís iniciou a reunião esclarecendo o motivo da convocação para a reunião: discutir o processo de homologação do documento curricular municipal. Ressaltou que ele foi encaminhado por e-mail ao CME em outubro. Falou da importância de se discutir a produção da Rede Municipal para a Educação Infantil com as escolas particulares. Destacou que o documento veio com a informação de que se trata de uma versão preliminar e que seria importante termos representantes da SEC na reunião, o que não havia no momento. Luís fez uma apresentação geral da estrutura do documento e apresentou como proposta a emissão de um parecer que diga como foi desenvolvido o processo e se o documento atende os princípios apontados pela BNCC. Na sequência deu entrada à reunião a representante da SEC, Fabiane Almeida. Fabiane explicou que o documento está passando por fase de formatação e que na versão encaminhada há o que de fato constará no documento final. A intenção de enviar o documento da forma que está, segundo Fabiane, deve-se à compreensão de que a SEC considerou importante o envio para agilizar os processos de tramitação. Explicou que a revisão teórica já foi realizada e agora está sendo feita uma revisão de língua portuguesa. Luís repetiu a proposta de realizar uma análise geral, conceitual e se de fato foi atendido ao que foi proposto aos municípios para a construção da BNCC, sem analisar especificamente as áreas de conhecimento. Em seguida, apresentou sugestão de realizar processo de discussão semelhante ao que foi realizado pelo Conselho Estadual de Educação. Fabiane lembrou que a discussão em nossa Rede foi realizada com profissionais da rede. Renato ressalta que foi um processo longo e aberto a todos que quiseram participar. Na sequência, Eliana apresentou uma sistematização das propostas levantadas, onde se lia: 1) Fazer Parecer geral do documento entre os conselheiros (sem interferência ao produzido pelos profissionais) - se foram atendidos os princípios, se foram atendidos os princípios, o cronograma e o atendimento à normatização nacional. 2) um Parecer após a realização de uma audiência pública em que os GTs que elaboraram o documento sejam ouvidos para oferecer subsídios para elaboração do parecer. 3) Audiência pública entre os profissionais da rede dando subsídios aos conselheiros na construção do Parecer. 4) Educação Infantil - quando for homologado não será só da rede municipal e este ponto precisa ser considerado, pois seria referencial do território. Lembrou que o movimento inicial proposto pelo CME era levar a matéria referente à educação infantil constante do Documento para discutir com as escolas particulares, mas que não foi possível. Disse que sua preocupação é como faremos para socializar a discussão e realizar a consulta àqueles que representamos, porque o CME é órgão representativo. Argumentou que fez parte do GT de história e que este se propôs a realizar encontros com todos os professores. Propõe tornar público no início do ano para termos suporte

para construção do Parecer. Como ter subsídios para fazer análise e homologar o documento. Sandra falou sobre a necessidade da própria rede analisar o documento que foi sistematizado, pois esta sistematização ainda não retornou à rede para análise. Eliana prosseguiu apresentando as duas propostas que restaram após o debate: construção de Parecer considerando as questões gerais do documento ou construção de um Parecer após a realização de uma audiência pública em que os GTs que elaboraram o documento sejam ouvidos para oferecer subsídios aos conselheiros na elaboração do parecer. Luís encaminhou que há apenas 6 conselheiros na reunião, 5 membros da Câmara, e que menos de um terço está presente, o que inviabiliza a tomada de decisão diante da relevância do tema. Discutiu-se se haveria ou não tempo hábil para decisão ainda este ano. Ana Rosa ressaltou que precisa de tempo hábil para levar este documento às escolas particulares para debate e ter retorno sobre o posicionamento dessas escolas, visto que aguardavam o documento desde o início do ano. Disse que será muito difícil reunir todos e enviar uma conclusão antes do final deste ano. Luis destacou que aqui estaríamos homologando o documento curricular da rede municipal e que não precisa, necessariamente, ser o documento das escolas particulares. Em processo de votação, aprovou-se a proposta número 1 de organizar o Parecer pelo Conselho, considerando todo o processo realizado na rede e homologando o documento apresentado. Em relação às escolas particulares, acordou-se que o Conselho desenvolverá um debate sobre o referencial curricular da Educação infantil, no início do próximo ano, junto à Associação das Escolas particulares. Em tempo, o colegiado tratou das orientações curriculares direcionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) que não estão presentes no documento curricular enviado pela SEC. A conselheira Fabiane, representante da SEC, ficou de entrar em contato com a coordenação de EJA e dar retorno ao CME sobre o documento específico desta modalidade de ensino. Sem mais a reunião encerrou-se.

## Frequência 06 de dezembro de 2021

06/12/2021	Sandra Regina Cardoso de Brito
06/12/2021	Luís Claudio da Silva
06/12/2021	Eliana de Oliveira Teixeira
06/12/2021	Ana Rosa Vieira dos Santos Aguiar
06/12/2021	Renato Jordão Nunes
06/12/2021	Raisa Francisco